

Paz, progresso, Abril

«Construir a Paz com os Valores de Abril»: mais do que o lema da 24.^a Assembleia da Paz, e da conferência que a seguir se realiza – no dia 7 de Dezembro nas instalações da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa –, esta frase é, sobretudo, uma palavra de ordem certa, um objectivo justo e, mais do que nunca, actual e necessário.

Num momento como aquele em que vivemos, no qual o povo português, tal como muitos outros, vive um período dramático de retrocesso social e civilizacional, os valores da Paz, da solidariedade, da cooperação, da soberania – que se ligam, como a história

demonstra, às aspirações socio-económicas fundamentais – são o caminho mais sólido para construir um País e um Mundo mais justos, desenvolvidos e soberanos.

Na verdade, a situação dramática que atinge largas camadas da população portuguesa (à medida que uma ínfima minoria enriquece), resultante da política de empobrecimento e saque prosseguida pelo Governo e pela troika ocupante dos credores – FMI, UE, BCE –, não é mais do que a outra face da moeda das guerras de agressão, chantagens militares, bloqueios económicos e corrida aos armamentos que marcam o nosso tempo. Com a exploração, assim como com a guerra, ganham os mais ricos entre os

mais ricos; ao mesmo tempo que a grande maioria empobrece, sofre, morre.

Lutar contra a guerra, a ingerência e a chantagem contribui, assim, para isolar os que vivem da exploração dos recursos e do trabalho alheios; dá mais força aos que, por todo o Mundo, reclamam soberania, justiça, progresso; ajuda a abrir caminho às profundas transformações progressistas que ponham fim às causas que estão na origem das guerras e das desigualdades. Assim foi em Abril de 1974, quando a acção determinada da aliança do povo português com os militares do MFA pôs fim à guerra colonial e colocou Portugal na senda do progresso, da liberdade, da democracia e da justiça social.

Alargar o movimento da Paz

Esta luta pela Paz – que é também pela justiça, o progresso e a soberania – necessita, para que possa progredir e reunir em seu torno mais e mais gente, de um Conselho Português para a Paz e Cooperação mais forte, em todas as suas expressões: mais aderentes, mais núcleos, mais actividade, mais diversidade.

À 24.^a Assembleia da Paz cabe eleger os órgãos dirigentes do CPPC para o próximo biênio; reafirmar princípios e causas; definir prioridades de acção. Entre estas sobressai, pela sua importância decisiva, o reforço do movimento da Paz, ou seja, daqueles que, de forma organizada e em articulação com a luta popular em defesa de direitos e da própria soberania nacional, erguem a voz em defesa da Paz, do desarmamento, da solidariedade e da cooperação entre países e povos.

No fundo, prosseguir o caminho trilhado nestes últimos anos, marcados pela criação e reactivação de núcleos do CPPC, pela realização, um pouco por todo o País, de sessões públicas, debates, acções de rua e petições e pela intensificação da cooperação entre o CPPC e outras entidades, como sindicatos, escolas, colectividades, grupos culturais, associações juvenis e outros movimentos igualmente empenhados na defesa da paz, da solidariedade, do progresso social.





2011-2013

Dois anos a construir a Paz

Os dois anos passados desde a 22.^a Assembleia da Paz (que elegeu os órgãos sociais do Conselho Português para a Paz e Cooperação que agora cessam funções) foram marcados, no que ao CPPC diz respeito, por uma intensa acção de denúncia da agressão e da guerra e de defesa intransigente dos valores da Paz, da solidariedade, da cooperação e da soberania de países e povos. Mas foram, sobretudo, anos de reforço e alargamento do campo da Paz, ou seja, daqueles que, de forma constante e activa, se batem por estas causas, juntando-as à luta popular pela igualdade, a justiça social, a democracia e a dignidade que marca – e de que maneira – os tempos em que vivemos.

Foi, no fundo, um período marcado pela concretização daquelas que foram, então, as principais linhas definidas pela assembleia: o reforço do movimento da paz em Portugal, a luta contra a guerra e o militarismo e a solidariedade e cooperação com todos os povos do mundo. E, ainda, a continuação da intervenção no âmbito do Conselho Mundial da Paz (CMP), no qual o CPPC continua a manter um papel destacado, como membro do Executivo e Secretariado e Coordenador dos movimentos da Paz para a Região Europeia.

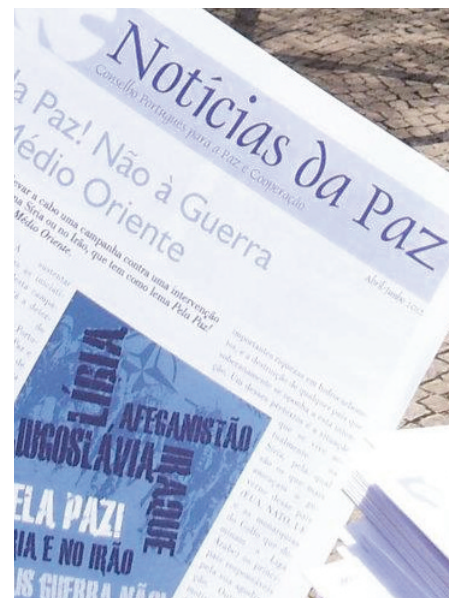
Neste aspecto, importa salientar a importância de que se revestiu a participação do CPPC na Assembleia Mundial da Paz, que teve lugar no Nepal em 2012, e a realização, no Seixal, em Maio e Junho

deste ano, de uma reunião do Secretariado do CMP, na qual estiveram presentes representantes de movimentos da Paz do Brasil, Cuba, Estados Unidos da América, Venezuela, Congo, Irão, Nepal, Palestina, Alemanha, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda, Letónia, Noruega, Turquia e, claro, Portugal. Após a reunião, da qual saíram campanhas e iniciativas internacionais, teve ainda lugar uma conferência, intitulada «Região de Setúbal: pelo desenvolvimento, pela solidariedade, pela Paz», promovida em parceria pelo CPPC, a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a Câmara Municipal do Seixal.

Levar mais longe a causa da Paz

O reforço do movimento da Paz e do próprio CPPC foi, porventura, o maior sucesso alcançado ao longo deste mandato. Quer a direcção nacional quer os restantes órgãos sociais mostraram-se, neste biénio, mais activos e capazes de reflectir e concretizar colectivamente os grandes desafios colocados à luta pela Paz no País.

Os sete núcleos actualmente existentes – no Barreiro, em Beja, em Moura, em Coimbra, em Évora, no Porto e no Seixal (e a perspectiva de, a breve prazo, serem criados novos) – revelam, desde logo,



uma disseminação nacional do CPPC e, portanto, das causas de defesa e promove. Da mesma forma, os protocolos assinados e os contactos regulares entre o Conselho da Paz e organizações sindicais e sociais, autarquias, escolas, colectividades e associações contribuiu também, e de que maneira, para levar mais longe os valores da Paz.

Um pouco por todo o País, o CPPC promoveu ou participou em debates, sessões, ciclos de cinema, exposição de trabalhos de artistas solidários, petições ou acções de rua relacionadas com a defesa da Paz, da cooperação e da solidariedade. A distribuição de folhetos e, sobretudo, das sete edições do Notícias da Paz (contanto já com esta) – mais três do que no mandato anterior – foi igualmente um factor de difusão das causas e valores do CPPC.

Se é certo que muito foi feito, não o é menos que há muito mais por fazer, sobretudo tendo em conta as imensas ameaças à Paz, à soberania, ao progresso e ao desenvolvimento existentes no Mundo. Cabe, em grande medida, aos partidários da Paz de todos os países, unidos com as outras forças progressistas e populares, a tarefa de travar a violenta ofensiva em curso contra direitos elementares – à Paz, ao desenvolvimento, ao progresso, à educação, saúde e segurança social, a crescer e trabalhar no seu país... – e de construir um Portugal e um Mundo mais justos, desenvolvidos e pacíficos.





Contra a guerra! Pela Paz!

A agressão, ingerência e desestabilização da Síria – promovida por uma ampla coligação de países, dos EUA à Arábia Saudita passando por Qatar, França, Turquia ou Israel – esteve, nestes dois anos, no centro das preocupações e da actividade do CPPC, que não poupou esforços para defender a soberania daquele país do Médio Oriente e a Paz na região. Esta importante causa, que prosseguirá certamente ao longo do próximo mandato, deu azo a tomadas de posição públicas, reunindo organizações sociais e personalidades, debates e sessões e mesmo a desfiles e concentrações de rua, com grande expressão pública (em Lisboa e no Porto, em 2012 e em Setembro de 2013). A solidariedade com o povo sírio na sua luta pela Paz, a soberania e o progresso expressaram-se ainda através da participação do CPPC numa visita ao país, em Abril de 2012, organizada pela União dos Estudantes Sírios e pela Federação Mundial da Juventude Democrática.

O CPPC esteve também particularmente activo na reafirmação da exigência de dissolução da NATO – expressa através de uma acção de rua realizada aquando da cimeira de Chicago, em 2012 –, e em não deixar cair no esquecimento as agressões ao Iraque, ao Afeganistão e à Líbia, através de comunicados, sessões e debates.

O repúdio pela atribuição do Prémio Nobel da Paz à União Europeia – que cada vez mais revela a sua natureza belicista, agressiva e de aliança mais ou menos explícita com a política externa dos EUA – também mobilizou o CPPC e diversas outras organizações e personalidades que com ele convergem. O abaixo-assinado promovido pelo CPPC e assinado por mais de mil pessoas foi uma das formas utilizadas para expressar o repúdio por esta tremenda hipocrisia.

Os aniversários dos criminosos bombardeamentos nucleares de Hiroxima e Nagasáqui não foram esquecidos, mantendo-se constante e firme a reclamação de um Mundo Livre de Armas Nucleares. Também a exigência do fim das bases militares estrangeiras deu mote a diversas tomadas de posição públicas.

Solidariedade

O CPPC, juntamente com outras expressões do movimento da Paz, foram incansáveis na manifestação da sua solidariedade para com os povos que, no Mundo, combatem o imperialismo e a guerra e lutam pela sua soberania, pelo direito a escolherem o seu próprio caminho, pelo progresso e pela Paz. Os povos da Palestina, do Saara Ocidental, de Cuba, da Venezuela, Turquia e República Popular Democrática da Coreia foram alguns dos povos a merecer a solidariedade dos partidários da Paz portugueses, através de concentrações de rua, debates públicos, tomadas de posição ou abaixo-assinados.



Presente na luta do povo

O CPPC, enquanto organização portuguesa, é solidário com o seu próprio povo, alvo de uma violenta ofensiva contra os seus mais elementares direitos, condições de vida e soberania. Assim, o CPPC participou em diversas acções de protesto e luta contra a política de empobrecimento e exploração que está em curso em Portugal, por meio da troika estrangeira dos credores e dos seus representantes internos, como foram os casos das grandes manifestações nacionais promovidas pela CGTP-IN. Na luta contra a privatização da água ou em defesa da Constituição da República – que, há que não esquecer, preconiza, no seu artigo 7.º, uma política de Paz – o CPPC disse sempre «presente!».



Os povos têm o direito a decidir dos seus destinos

O que há de novo na Síria?

Desde Março de 2011 que o povo Sírio tem sido submetido a uma guerra sem quartel, movida por uma coligação que integra, entre outros, os Estados Unidos da América, a França, o Reino Unido, Israel, Turquia e as monarquias árabes do Golfo e que conta também com apoios internos nomeadamente de grupos islâmicos fundamentalistas, como os Irmãos Muçulmanos ou a Al Nusra (Al-Qaeda).

Como o Conselho Português para a Paz e Cooperação sempre afirmou, o que se passa na Síria é um conflito militar instigado, financiado e mantido a partir do exterior por aqueles para quem os justos anseios do povo sírio de mais justiça e democracia servem apenas para justificar mais uma guerra de agressão. É uma guerra conduzida essencialmente por milícias de mercenários e jihadistas, bem armados e apoiados por instrutores militares (nomeadamente franceses), contando com bases na Jordânia, Turquia, Líbia, Qatar e Iraque. Um dos seus objectivos é liquidar um dos poucos regimes laicos e estáveis do Médio Oriente, procurando impor ao povo deste país um sistema de governo teocrático semelhante ao que vigora nas monarquias do Golfo, no Iraque, no Afeganistão ou, agora, na Líbia ocupada e destruída pela invasão das forças da NATO em 2012.

Mas esta guerra tem outros propósitos, entre os quais a protecção e ampliação dos interesses económicos e geo-estratégicos das potências da NATO e da indústria militar a elas associada que, no contexto da crise que o capitalismo vive actualmente, procura assegurar o controlo dos recursos naturais e energéticos da região e reafirmar a sua pretensão a uma hegemonia planetária.

Guerra e manipulação

Quase três anos volvidos sobre o início do conflito, das dezenas de milhares de mortos e da destruição provocada pelos combates entre as forças do Exército Sírio e os grupos armados, a



Síria tem vindo a confirmar opiniões insuspeitas, como a do ex-secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger, que, em Março de 2012, considerava que uma vitória militar das forças anti-regime seria difícil de alcançar. Nos meses de Julho e Agosto de 2013, o Exército Sírio tomou claramente a ofensiva e recuperou importantes cidades como Al Qusair, Al Qanassir, Salamia, Al Soufaira e importantes vias de comunicação como as que ligam Homs a Beirute e as que conduzem a Aleppo, a segunda maior cidade do país, deixando isolados muitos dos grupos militares.

A 21 de Agosto, alguns órgãos de comunicação de países ocidentais lançam a «informação» – tendo com fonte grupos mercenários que combatem o regime sírio – de que o exército sírio teria, nesse mesmo dia, usado bombas químicas contra a população da cidade de Goutha matando centenas de pessoas, entre as quais muitas crianças. Esta informação foi prontamente desmentida pelas autoridades sírias, mas a suspeita estava lançada: desencadeou-se de imediato toda uma campanha procurando justificar uma intervenção

militar directa na Síria tendo como principais instigadores os Estados Unidos da América, a França e a Grã-Bretanha; a ela opunham-se a Rússia, a China, o Líbano, o Irão, os países da ALBA (Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, entre outros), a que se juntaram o próprio secretário-geral das Nações Unidas, o Papa Francisco, o Parlamento Europeu e uma imensa maioria da opinião pública mundial – entre elas a norte-americana, cujo papel foi determinante na inviabilização de uma invasão já anunciada.

A 27 de Agosto, o Conselho de Segurança da ONU reúne-se e aprova a resolução 2118, que decide o envio de inspectores da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) à Síria para aí procederem a uma investigação dos factos e para implementarem um programa visando a eliminação de todas as armas químicas existentes neste país, a aplicar até Junho de 2014.

A força da opinião pública

No entanto, a exemplo da invasão do Iraque, os EUA, a Grã-Bretanha e a



França mantiveram a posição inicial de intervirem militarmente no terreno, fazendo deslocar para o Mar Mediterrâneo, o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho um elevado número de navios de guerra, porta-aviões e submarinos apetrechados com os mais modernos mísseis. As bases militares dos EUA no Kuwait, Qatar, Emiratos, Turquia, Chipre e Rota (Espanha) entraram de prevenção. A Rússia fez deslocar também navios de guerra para o Mediterrâneo e para o Golfo. Viveram-se dias em que o mundo parecia estar à beira de uma guerra de larga escala.

Mas as forças da Paz mostraram ser mais fortes: a 29 de Agosto, o Parlamento britânico votou contra uma intervenção militar na Síria proposta pelo Governo; o primeiro-ministro recuou e declarou respeitar a decisão. Nos Estados Unidos, o Congresso não manifestou apoio ao presidente Obama e, embora a 3 de Setembro tenham sido os EUA a lançar dois mísseis a partir da base da Rota, cujo destino era, sem dúvida, Damasco, estes foram neutralizados pelo sistema anti-míssil russo. Oficialmente, os EUA limitaram-se a

«pedir» a Israel que justificasse os disparos como parte de exercícios navais conjuntos. O ministro da defesa russo declarou que «atacar Damasco é atacar Moscovo».

A 15 de Setembro, após o acordo entre a Rússia e os EUA com vistas ao desmantelamento das armas químicas existentes na Síria, a NATO e a União Europeia manifestaram oficialmente a sua concordância com a solução encontrada. A 5 de Novembro, os inspectores da ONU e da OPAQ deram como terminados os seus trabalhos tendo reconhecido a disponibilidade das autoridades sírias em lhes facilitar o acesso aos locais onde poderia haver armas químicas e a sua determinação em as destruir, conforme determina a Resolução das Nações Unidas. O problema será que se sabe que a parte mais substancial do armamento químico não estava na posse das autoridades sírias, mas nas mãos dos grupos fundamentalistas islâmicos.

No início de Novembro, a insuspeita CNN publica uma reportagem sobre o comportamento dos bandos islamitas da Al Nusra numa região por eles ainda

dominada. Nela podemos ver a profanação e vandalização de uma igreja cristã, a imposição às mulheres da burka, a proibição de aulas mistas, os castigos corporais impostos a um religioso cristão. Pena é que reportagens como esta não tivessem sido publicadas desde o início do conflito, pois poderiam ter contribuído para evitar tanto sofrimento ao povo sírio.

Pela Paz!

A questão síria não está resolvida. A Comunidade Internacional tem o dever de responder favoravelmente às propostas do governo da República Árabe da Síria, com vistas à realização de uma Cimeira de Paz promovida pela ONU – Genebra 2 – que estabeleça as bases do desarmamento e a retirada do país dos mercenários estrangeiros, regule o processo de regresso dos refugiados e garanta a estabilidade da Síria. Para bem de todos os povos da região e da própria humanidade.

Carlos Carvalho, membro da Direcção Nacional do CPPC

Dar prioridade aos anseios das populações

Trabalhar pela Paz

A constante política de obstrução à liberdade e à democracia e a prioridade dada ao poder económico e financeiro, em detrimento do poder político e da defesa dos direitos humanos, não se compaginam com os valores da Paz. Os valores da liberdade e da Paz não são negócio.

Com quase 900 anos de História, Portugal tem hoje especiais responsabilidades na cena nacional, europeia e internacional. Os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, e em particular no que concerne ao respeito pelos «direitos humanos» e pelos «direitos dos povos», constituem a fonte de onde deve emanar a orientação da política do País.

Temos motivos de força, temos razões de esperança, apesar do tempo conturbado em que vivemos. A História demonstra-nos que são possíveis outras políticas assentes na defesa da dignidade da pessoa, na defesa da Paz e da justiça para todos, porque irmanados na mesma comunidade – a comunidade humana.

Todos os portugueses e portuguesas honrados, sejam comunistas, católicos, republicanos, socialistas, monárquicos ou sem partido, estamos interessados em que às classes trabalhadoras e classes laboriosas em geral seja assegurada uma melhor vida. Esta comunidade de interesses e aspirações explica porque milhares de trabalhadores e homens, mulheres e jovens progressistas católicos de todas as profissões, se estejam unindo a todos os democratas portugueses na luta por uma melhor vida e um melhor futuro.

Unidade pela Paz e pela justiça

Os objectivos que orientam o projecto CGTP-IN assentam na defesa e concretização da democracia nas suas múltiplas dimensões – para uma sociedade em que os direitos e as liberdades fundamentais e a multiculturalidade se afirmem como valores do quadro das relações sociais e culturais – no relacionamento solidário e de cooperação entre os povos e os estados, na defesa da independência, da soberania nacionais e da Paz, na luta coerente e permanente pela transformação social e política,



garante de uma sociedade mais justa e desenvolvida, onde o valor do trabalho e a dignificação dos trabalhadores se concretizem. Nos 40 anos do 25 de Abril e do 1.º de Maio vividos em liberdade, que em breve se comemoram, a unidade continua a ser o caminho.

Temos muitas e fortes razões para continuar o caminho até aqui percorrido. O País tem presente e futuro para todos, e não apenas para alguns, como a direita, o capital e as troicas portuguesa e estrangeira têm orquestrado, com a bênção do Presidente da República. Há que dar prioridade aos anseios das populações, valorizar o que de melhor temos – as pessoas, os trabalhadores, o povo português.

São necessárias políticas que respondam aos problemas sociais, às necessidades das pessoas, ao desenvolvimento do País. Não

podemos aceitar serviços para pobres e serviços para ricos. São direitos humanos que estão a ser postos em causa, que estão a ser violados. E isso é inaceitável.

Vamos continuar o nosso trabalho pela Paz, pela liberdade, pela democracia e pela igualdade. Reforçar a acção individual e colectiva, reforçar solidariedades e compromissos com todos e cada um. A unidade na acção dos dirigentes, activistas e dos trabalhadores contará com a presença e a força de muitas mulheres e homens, militantes da causa da dignidade humana alcançada pelo trabalho e pela justiça social. A luta continua! Unamo-nos na edificação desta causa maior!

*Deolinda Machado, membro
do movimento católico e da Comissão
Executiva da CGTP-IN*

Uma luta justa, que prossegue

A Paz – uma necessidade

Ao abrir um livro¹ de vez em quando consultado, na procura de um fio condutor para participação neste boletim, encontrei, perdido no meio das páginas, um pedaço de papel com uns gatafunhos que me teriam servido de «muleta» para o início de uma intervenção num colóquio sobre a Paz, realizado em 8 de Setembro de 2002, nem sei onde (talvez na «Casa da Paz») nem com que companheiros: «Saudar gerações anteriores, afirmar confiança nas gerações que seguem – a minha, por simplicidade, foi, entre outras coisas, a da luta pela paz num País em guerra.»

A partir desta saudação, terei participado no colóquio servindo-me do livro que transcreve intervenções e documentos que estiveram na origem da criação do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, e que sobretudo se relacionam com a realização da Assembleia dos representantes da opinião pública para a segurança e a cooperação europeias, realizada em Bruxelas de 2 a 5 de Junho de 1972.

Foi esta uma iniciativa de grande significado – a que se deu o nome «A Europa na mão dos povos», com um sugestivo cartaz... que noutras circunstâncias eventualmente encontrarei – em que se

releva a decisiva importância da então muito sublinhada opinião pública. Retira-se da chamada Declaração Solene:

«A Europa encontra-se na encruzilhada dos caminhos. Ou os seus povos se empenham numa acção que tornará irreversível o desanuviamento em curso, ou então deixarão passar esta ocasião e os progressos adquiridos serão reduzidos a nada. Nós pronunciamo-nos resoluta e vigorosamente a favor da segurança e cooperação. Não permitiremos que as esperanças, já nascidas, se transformem em decepção. Nós estamos certos de responder assim à vontade de todos os povos da Europa, que aspiram a um desenvolvimento livre e soberano no caminho do progresso.»²

Ontem como hoje

40 anos passaram. Neste longo período de quatro décadas, muitas coisas aconteceram. Neste curto período de quatro décadas, estas palavras, se exigem muita reflexão à luz do que nele se passou, não perderam sentido e terão até ganho maior e nova oportunidade.

E porque parece, hoje, oportuno, lembra-se que no muito (e justamente) citado relatório de Álvaro Cunhal **Rumo à Vitória**, de 1964, por ocasião da assinalação do seu primeiro centenário, pouco citado terá sido o seu capítulo VII que tem o título **Por uma política de paz e de amizade com todos os povos** e o parágrafo final desse capítulo: «A viabilidade do Portugal democrático de amanhã está intimamente ligada a uma política externa de paz e amizade com todos os povos do mundo, na base da igualdade e do respeito pelos interesses mútuos. Um Portugal democrático terá de ser um Portugal pacífico.»³

Entretanto, vai-se tomando consciência que, face ao crescente potencial de destruição e ao desnorte das forças económicas e financeiras dominantes, a Paz passou de uma *necessidade para* a uma *necessidade intrínseca* à Humanidade e sua sobrevivência.



¹ A segurança e a cooperação europeias, Janeiro de 1973, Seara Nova-colecção de leste a oeste

² idem, pág. 49.

³ Rumo à Vitória in Obras Escolhidas, volume III, edições avante, pág. 102

Sérgio Ribeiro, economista e membro da Presidência do CPPC

Pintura e cinema no Porto

O núcleo do Porto do CPPC levou a cabo duas marcantes iniciativas: uma exposição de artes plásticas, com leilão de obras; e a segunda edição do «Paz em Ciclo», ciclo de cinema e debates sobre temas relacionados com a Paz e com a Guerra.

A exposição, que esteve patente na Fundação Engenheiro António Almeida/Casa Jardim, incluiu 18 obras de artistas solidários: Acácio Carvalho, Agostinho Santos, Carlos M. Mendes, Evelina Oliveira, Filipe Rodrigues, Franchini, Henrique do Vale, Henrique Silva, Isabel Cabral/Rodrigo Cabral, José Rosinhas, Manuela Bronze, Margarida Leão, Mirene, Nadir Afonso, Rui Aguiar, Susana Bravo e Teresa Brites. No último dia, teve lugar a venda de alguns dos trabalhos, com o resultado a reverter para o Conselho Português para a Paz e Cooperação.

O «Paz em Ciclo» – a decorrer entre 13 de Outubro e 15 de Dezembro – tem lugar nas instalações do Círculo Católico de Operários do Porto, conta com o apoio da Confederação, e consta de cinco filmes, que abordam assuntos como: a Paz no Médio Oriente, a Primeira Guerra Mundial, o colonialismo em África e a luta pela independência, o armamento nuclear e a América Latina (Cuba). O ciclo, divulgado também pela UNICEPE e pela Universidade Popular do Porto, contou com os seguintes filmes e debates: «Um tempo para cavalos bêbados», de Bahman Ghobadi (Irão) e um debate sobre as questões do Médio Oriente; «Horizontes de Glória», de Stanley Kubrick (EUA) e um debate sobre início da Primeira Guerra Mundial com o coronel David Martelo; «A Batalha de Argel», de Gillo Pontecorvo (Argélia e Itália) e um debate com o representante da Frente Polisário em Portugal; «Doutor Estranhoamor», de Stanley Kubrick (EUA) e um debate sobre as armas nucleares com o Prof. Frederico de Carvalho; e «Soy Cuba», de Mikhail Kalatozov (Cuba e URSS), que deverá contar um debate e a presença da Embaixadora de Cuba em Portugal.

CPPC na Venezuela e Irlanda

Uma causa universal

O CPPC esteve presente, no final de Novembro, na reunião do Comité executivo do Conselho Mundial da Paz realizada na capital da Venezuela, Caracas. O CPPC fez-se representar pela presidente da direcção nacional, Ilda Figueiredo.

Da agenda da reunião constava a discussão da situação internacional e em cada uma das suas regiões, o reforço do movimento da Paz e as campanhas a levar por diante. Houve ainda oportunidade para os participantes na reunião conhecerem mais aprofundadamente o processo anti-imperialista em curso naquele país da América Latina, tanto através de visitas a instituições e organizações sociais como de encontros com responsáveis políticos venezuelanos.

Antes, nos dias 15 e 16, o CPPC participou na Conferência «União Europeia – A Dimensão Militar», que teve lugar em Dublin, Irlanda, promovida pelas organizações Aliança para a Paz e Neu-

tralidade (PANA, membro do Conselho Mundial da Paz) e do Movimento dos Povos. O CPPC esteve representado por Filipe Ferreira, da direcção nacional, que interveio no painel «A Construção do Movimento da Paz na Europa», na qualidade de coordenador do Conselho Mundial da Paz para a Europa.

Na conferência estiveram em discussão questões relacionadas com a crescente militarização da União Europeia – e seus impactos no progresso e desenvolvimento dos povos –, a promoção e desenvolvimento da indústria de armamento, e a efectiva e crescente participação em acções de agressão e ingerência. A afirmação e reforço do movimento da Paz foi outra das matérias em debate.

Entretanto, o CPPC recebeu na sua sede o presidente da PANA, da Irlanda, e uma delegação do Instituto Cubano de Amizade com os Povos, ambas membro do Conselho Mundial da Paz.



Conselho Português para a Paz e Cooperação

Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal Tel. 21 386 33 75 email: conselhopez@cppc.pt www.cppc.pt

Visita e adere à nossa página do Facebook